

Mais rigor em obras no Guará

Ainda não há legislação detalhando como deve ser feito o estudo de impacto de vizinhança, mas já existem casos em que esse instrumento é exigido para a liberação de construções. No Guará, onde o adensamento populacional cresce rapidamente, o Ministério Público do Distrito Federal exigiu a elaboração do EIV para autorizar até a conclusão de obras já em andamento. Empresários e representantes do governo assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para realizar as adequações e, na última terça-feira, os estudos foram apresentados em audiência pública.

Nos últimos anos, o Guará ganhou dezenas de edifícios que fogem aos padrões brasilienses por conta de alterações na legislação urbanística. O Plano Diretor Local, aprovado em 2006, permitiu construções sem nenhuma restrição de altura na Avenida Contorno. Já na Avenida Central, podem ser erguidos edifícios de até 12 andares. Existem pelo menos 14 espiões em construção e há ainda 23 terrenos vazios, que poderão

receber milhares de moradores. Esse adensamento do Guará foi debatido na elaboração do estudo de impacto de vizinhança. A previsão é de que os prédios levem mais 18 mil moradores para o bairro, o que, inevitavelmente, terá impacto no trânsito e nas redes de infraestrutura. Desde maio, o governo suspendeu a aprovação de novos projetos para prédios no Guará 2 até a conclusão do EIV.

Participação popular

Os moradores acompanham com atenção as discussões e cobram investimentos em melhorias para a região. O presidente da Junta de Prefeituras e Associações Comunitárias do Guará, Antônio Carlos Barbosa, diz que a população não é devidamente informada sobre as audiências públicas e cobra maior participação da comunidade. "Esse adensamento populacional nos preocupa muito. Já sofremos com graves problemas de infraestrutura, como a energia, que é cortada com qualquer chuva. Não deveria ser permitido au-

mentar tanto o número de moradores sem adequações na cidade", reclama Antônio.

A arquiteta e urbanista Tânia Batella, presidente da Comissão de Assuntos Urbanos do Instituto dos Arquitetos do Brasil, critica a realização de estudos de impacto ambiental depois do início da construção dos prédios em vez da realização prévia de uma análise apurada. "Essa inversão demonstra que as proposições só tiveram objetivo de atender a especulação imobiliária. O que vai adiantar se o estudo demonstrar que a ocupação é inviável se os prédios já estão construídos?", questiona Tânia.

A subsecretária de Controle Urbano, Zilda Abreu, concorda com a posição da especialista. "Houve erros no passado e inércia das autoridades por questões políticas. Mas o importante é que esta gestão quer consertar os problemas e o melhor a ser feito agora é minimizar os impactos dessas obras. Vamos tomar providências para que as falhas não se agravem." (HM)